

O
PARAHYBANO

26 DE JANEIRO
DE 1892

O PARAHYBANO

ORGÃO DO POVO

ANNO I

Assignatura

CAPITAL

Por mez.....\$5000
Folha avulsa..... 100
Pagamento adiantado

PARAHYBA DO NORTE

TERÇA-FEIRA 26 DE JANEIRO DE 1892

Assignatura

INTERIOREESTADOS

Por trimestre...\$5000
Editaes e apedido al. 100
Annuncio idem 60 rs.

N. 9

«OPARAHYBANO» PUBLICA-SE AS
TERÇAS, QUINTAS E SABBADOS.

GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DA JUNTA GO-

VERNATIVA

DIA 20

Portarias :

Reintegrando no lugar de professor publico vitalicio da cadeira do ensino primario da villa do Conde o cidadão João Manoel da Silva, em vista da informação prestada pelo director da instrução publica.

Deu-se conhecimento ao mesmo director para os fins devidos.

Exonerando, sob proposta do dr. chefe de policia, Francisco Antonio Ribeiro Vianna do cargo de subdelegado do districto de Peripituba, do termo de Guarabira, e nomeando para o referido cargo o cidadão alferes Anacleto Maria de Souza Gouveia.

Exonerando os cidadãos Jovino Modesto Cavalcante de Albuquerque e José Mendes Barbosa Primo dos de subdelegado e 1.º supplente respectivo do districto de Bodocongó e nomeando para substituí-los o capitão Justino José Pereira e o cidadão Agostinho Francisco Barbosa, e para os de 2.º e 3.º supplentes, que se acham vagos, os cidadãos Felipe Nunes Cabral e João Valentim de Souza.

Remetteu-se as portarias ao dr. chefe de policia, para os fins convenientes.

Offícios :

Ao inspector do thesouro do Estado, communicando, para os fins convenientes que, tendo fallecido no dia 1.º de janeiro corrente, o bacharel Taciano Gomes da Silveira, que exercia na comarca de Piancó o cargo de procurador da justiça, foi no dia seguinte nomeado para substituí-los interinamente o bacharel Joaquim Xavier de Moraes Andrade, que na mesma data assumiu o respectivo exercicio, conforme participou o dr. juiz de direito, em officio de 2 do mesmo mez.

Ao mesmo, recommendando, com urgencia, remetta a esta junta um quadro dos collectes e agentes fiscaes do Estado, que se acham não afiançados.

O mesmo inspector, remetteu, para o devido pagamento, um conta na importância de... 13.000 réis, proveniente de passagens concedidas por este governo no paquete doloyd brasileiro, deste Estado ao de Pernambuco, ao ex-musico do corpo policia Herculanio Hermenegildo Cavante e sua mulher, cuja impoancia deverá ser entregue ao agte d'aquella companhia Augusto Gomes e Silva ou a pessoa por elle autorizada.

Ao maior commandante do corpo policia, remettendo, em resposta officio de 11 do corrente, sob n.º 13 um officio, por coo do dr. chefe de policia, de do mesmo mez, e bem assim avisando a diminuir o

destacamento das praças do referido corpo, existente em Campina Grande, conforme solicitou aquelle commandante em o mencionado officio, devendo alli permanecer quinze das alludidas praças para o serviço policia d'aquella localidade.

Ao mesmo, recommendando que faça abrir assentamento de praça, com destino a brigada policia da capital federal, aos individuos de nomes Leonardo Neves da Nobrega, Joaquim Gomes Soares e Antonio Caetano de Oliveira, caso sejam julgados aptos para o respectivo serviço, os quaes deverão seguir opportunamente para aquella capital, afim de reunirem-se á referida brigada.

DESPACHOS

Bacharel Ignacio da Costa Brito.—Informe o thesouro.

Francisco Cavalcante de Carvalho Nobrega.—Ao thesouro para pagar.

Francisco Cavalcante de Albuquerque.—Informando o commandante do corpo policia que, para pagamento dos abonos feitos pelo supplicante no mes de setembro findo, ás praças destacadas em Campina Grande, recebeu o ex-commandante do mes no corpo, tenente coronel Francisco Fernandes de Oliveira Madruga os vencimentos concernentes ao mesmo mez, sendo, por tanto, elle o unico responsavel, nada ha que deferir.

João Francisco Casado de Lima.—O parecer da junta medica, a que foi submettido o supplicante em 21 de outubro do anno findo, não o declara impossibilitado para exercer o magisterio, como allega, e sim que necessitava de um tratamento longo. Por isso esta junta mantem o des achado do governo do Estado, datado de 22 de novembro do anno findo.

Francisco José Frasso.—Dirija-se a respectiva intendencia para tomar na consideração que merecer o que requer o supplicante.

DIA-21

Portarias :

Nomeando o padre Antonio Ayres de Mello para o cargo de 1.º membro e presidente do conselho de intendencia do municipio de Mamanguape.

Considerando effectivo o professor publico interino da cadeira do ensino primario da cidade de Mamanguape cidadão Luiz Apregio Freire de Amorim.

Communicou-se ao director da instrução publica, para os fins devidos.

Offícios :

Ao dr. juiz de direito da 1.ª vara da comarca da capital, communicando, para os fins convenientes que, por decreto desta data ficaram sem effecto todas as nomeações dos s.ventuarios de justiça, feitas pelo ex-governador deste Estado, em virtude do decreto n.º 60 de 30 de setembro ultimo, e desde já, independente de qualquer formalidade, reintegrados os serventuarios vitalicios em todos os officios que exer-

ciam anteriormente ao citado decreto, bem como os successores que foram dados aos serventuarios que se impossibilitaram, ficando em vigor o reg. que baixou com o decreto n.º 9420 de 28 de abril de 1885, em quanto pelo poder legislativo não for determinado o contrario.

Communicou-se igualmente ao juiz de direito da 2.ª vara.

Ao maior commandante do corpo policia, autorizando, em resposta ao officio de 19 do corrente mez, e em vista da informação do dr. chefe de policia contida em officio de 20 do mesmo mez, a fazer recolher os pequenos destacamentos de praça do referido corpo, estacionadas na cidade de Areia e nas villas

de Alagôa Grande e Serra da Raiz, devendo as mesmas praças serem substituidas opportunamente por outras conhecedoras dos preceitos da disciplina, conforme declarou aquelle commandante em o mencionado officio.

Ao mesmo, recommendando que faça abrir assentamento de praça com de tino a brigada policia da capital federal, aos individuos de nomes José Ildelfonso da Cruz, Manoel José da Silva, Agapito Roberto de Almeida e José Baptista Xavier, se, depois de inspecionados de saude, forem julgados aptos para o serviço militar.

DESPACHOS

Officio do commandante do corpo policia.—Pague-se.

Alfredo Arthur de Almeida e Albuquerque.—Como requer.

Officio do engenheiro fiscal da estrada de ferro Conde d'Eu.—Informe a capitania do porto.

O PARAHYBANO

A VERDADE HISTORICA

No *Jornal do Commercio* de 28 de dezembro findo, encontramos um telegramma enviado pelo nosso collega do *Estado* sobre os acontecimentos do dia 27, que constitue o mais flagrante atentado feito á verdade historica d'aquelles acontecimentos.

Eis o que diz o telegramma : « PARAHYBA, 27 de dezembro.

Um pequeno grupo de capoeiras invadiu esta capital, ás 2 horas e 6 minutos da tarde, e proclamou uma junta composta do coronel Savaget, commandante do batalhão, drs. Eugenio Toscano e Joaquim Fernandes.

O governador conferenciou com o commandante, pedindo auxilio nos termos da constituição, ou neutralidade da força publica, sendo tudo recusado.

O governador recusou reconhecer a junta, resolvido a manter-se no seu posto. Agora, 5 horas da tarde, acha-se elle em palacio cercado de innumerados cidadãos.

O *Estado da Parahyba* suspen-

deu a publicação por falta de garantias.—Redacção do *Estado da Parahyba* ».

Pondo de parte *aquelle pequeno grupo de capoeiras invadindo esta capital, ás 2 horas e 6 minutos da tarde*, visto o interesse que tinha o *Estado* em desvirtuar o patriotico movimento, embora alterando até a hora em que elle se operou, admiramos, entretanto, a coragem com que aquelle collega afirma que *ás 5 horas da tarde achava-se o dr. Venancio em palacio cercado de innumerados cidadãos*.

E' preciso, pois, que se tire á limpo mais esta deslealdade do sr. Venancio Neiva, que nem ao menos soube corresponder ao nobre cavalheirismo que para consigo teve o illustre presidente da junta governativa.

Quando o sr. Venancio, comprehendendo afinal que não era mais poder, depositou estas mãos do coronel Savaget, *pedio-lhe*, momentos depois, para permanecer alguns dias em palacio, visto ter ali objectos de seu uso particular e não poder retirá-los de chofre, estando com a familia passando a estação calmosa em Ponta de Mattos.

Com a gentileza que todos lhe reconhecem, e na presumpção de que tratava com um cavalheiro, accedeu o coronel Savaget ao pedido feito.

D'este facto podem dar testemunho dous altos funcionarios publicos, que o presenciaram.

Entretanto, como procedeu o sr. Venancio ?

Rodeado muito naturalmente dos poucos amigos que o acompanharam em sua queda, mandava telegraphar para o Rio de Janeiro—que o governador recusou reconhecer a junta, mantendo-se em seu posto, e que ás 5 horas da tarde achava-se em palacio rodeado de innumerados (sic) amigos !!!

Entretanto, á essa mesma hora a musica do 27. percorria as ruas da cidade em regosijo pela conquista que de suas liberdades fizera o povo e tocava em frente ás residencias dos membros da junta !

Não fica, porém, ahi a desfaçatez do sr. Venancio.

Retirando-se na tarde d'aquelle dia para Ponta de Mattos, e perguntando-lhe alguém, que ali se achava, em que pairavam as cousas, o ex-governador, tirando do bolso a chave de palacio e

mostrando-a, ao interlocutor, respondeu : *amanhã vou despaçar o expediente !*

Precisamos commentar semelhante procedimento de quem acabava de occupar tão elevada posição social ? Que conceito pôde merecer para os homens de bem a palavra do sr. Venancio Neiva ?

Felizmente para destruir as aleivosias do telegramma do *Estado* para o *Jornal*, ahi está o insuspeito correspondente do *Diario do Commercio*, e—insuspeito—porquanto nos affirmam ser elle um dos redactores do *Estado*.

Veja o publico como a verdade aqui foi dita toda inteira :

« PARAHYBA, 27 (retardado).

Na manhã de hoje, um grupo de populares, tendo á frente alguns officiaes do exercito, forão á palacio e depuzeram o dr. Venancio Neiva, presidente do Estado, sendo por essa occasião acclamada uma junta governativa composta dos srs. coronel Savaget, drs. Francisco de Brito e Fernando Lho, que immediatose. Não ho- um á lamentar ».

« PARAHYBA,

A junta governativa recebeu felicitações dos representantes de todas as classes sociais. Uma commissão do commercio saudou os membros da junta e congratulou-se pela manutenção da ordem, assegurando todo apoio e confiança. O regosijo é geral. »

Com effecto : excepção feita d'aquella inveridica affirmação de que á frente do grupo (?) achavam-se alguns officiaes do exercito, não são os dous telegrammas supra fidedignos e correctos na exposição do que occorreu ?

A junta não recebeu, e certo, saudações de commissão do commercio ; mas o correspondente o disse naturalmente para descarregar um pouco a consciencia contra aquella affirmação de que officiaes do exercito achavam-se á frente do movimento.

Uma cousa lavou a outra.

Mas, arrependido talvez por ter praticado uma boa acção, ou censurado por seus amigos por o ter assim procedido, telegraphava o correspondente no dia seguinte :

« PARAHYBA, 28.

O coronel Claudio Savaget escreveu uma carta ao dr. Venancio Neiva, dizendo que não o depoz, e que, á vista do ordeno que recebeu do vice-presidente

da república, assumisse o governo.

Ora, na carta que o coronel Savaget dirigio ao dr. Venancio, em virtude das artimanhas do coronel-senador João Neiva, e que foi publicada no *Estado*, não disse aquelle coronel que não tinha deposto o dr. Venancio, e sim que entregava-lhe o poder em virtude de ordem recebida do marechal vice-presidente da república.

Nessa carta publicada no *Estado* n.º 420, de 30 de dezembro, diz com effeito o coronel Savaget ao dr. Venancio que entregava-lhe o poder de que era depositario, acrescentando que o dr. Venancio declarara-lhe que não resignava o poder, mas cedia a pressão de momento.

E não foi o coronel Savaget, como todos sabem, quem depoz o dr. Venancio, e sim o povo que ao illustre militar entregou o poder, aclamando-o presidente da junta governativa; e era esse poder, de que era depositario o coronel Savaget, que elle restituio ao dr. Venancio, em virtude de ordem do presidente da república, graças ás escamotagens do coronel-senador.

Não confiando, porém, na lealdade e arrependimento do correspondente do *Diário*, telegraphava o dr. Venancio no dia seguinte:

PARAHYBA, 29.

Não interrompi o exercicio do governo. — Governador Venancio Neiva.

Se o dr. Venancio não tinha intermido o exercicio de governo, como pôde dizer-lhe que não intermido o exercicio de governo?

Venancio assumio naquella occasião o governo era porque estava fora d'elle, e ainda aqui resalta o criterio do correspondente do *Diário*, que rompendo as malhas das conveniências que o prendiam, procurou dizer sempre a verdade; e a deslealdade do sr. Venancio que recebendo o poder das mãos do coronel Savaget, diz que não interrompe o exercicio do cargo!

E nem se argumente que na alludida carta diz o coronel Savaget que o dr. Venancio declarara-lhe que não resignava o poder, mas cedia á pressão de momento; porquanto quer o dr. Venancio tivesse resignado o poder, quer tivesse cedido á pressão de momento, chegamos á mesma conclusão: que o dr. Venancio não era o poder até o momento em que o coronel Savaget passou-lhe o exercicio do cargo de governador da Parahyba.

Antes de terminar permita o nosso collega do *Estado* que lhe façamos uma pergunta:

Se o dr. Venancio sempre se conservou no exercicio do cargo de governador, cercado de seus

innumeros amigos e de todas as immunições, como conceber-se que o *Estado* suspendesse a publicação por falta de garantias? Que governo era então esse que não podia garantir a folha official?

E' preciso, com effeito, que tenhamos commiserção d'essa gente!

Já estava escripto este artigo, quando lemos o ultimo n.º do *Estado*, em que vem publicada, a proposito dessa questão de telegraphemas, um artigo de Aristophanes, perdão! assigna lo pelo sr. dr. Argemiro de Souza.

Opportunamente responderemos á s. s.

Anniversario

O nosso illustre amigo, dr. Floripes Rosas, talentoso secretario da junta governativa, fez hontem 15, queremos dizer, 22 annos de idade.

Alguns de seus amigos foram comprimentar-lhe em casa de sua residencia sendo-lhes offerecida uma taça de champagne.

Ao Floripes, a quem desejamos muitos dias iguaes aos de hontem, enviamos um *shake hands*.

Deposições

Entre os factos que mais actualidade tem, e que mais actual situação politica são as deposições dos governadores dos estados, que, aliás, devem ser consideradas como consequências naturaes de uma ordem de cousas insupportavelmente creada pela desregrada administração publica que temos tido em virtude da dictadura capciosa e manifesta, sob que havemos permanecido até o advento da auspiciosa situação, em que entramos desde o dia 23 de novembro, data que será o glorioso marco de nossa regeneração.

Aturdida pela subita substituição do systema governativo sob que penduravamos ha mais de meio seculo, a nação deixou-se levar pela onda de novas idéas como que espiritos trefegos e apaixonados a inundavam, explorando-a impatrioticamente e lançando-a no turvelinho de aventuras, obliterados os principios e regras de uma administração sã e criteriosa.

Aquelles que assim a impelliam pelos escabrosos caminhos do desconhecido, sem norte certo e seguro, sem direcção sensata e sem intuição dos negocios publicos; esses, constituíram-se em hordas de especuladores que, sabendo da obscuridade em que sempre permaneceram, atiraram-se aos cargos e posições officiaes, com o intuito de locupletarem-se na qualidade de directores e corypheus de uma situação anormal do paiz, ao qual expozeram ás deploraveis vicissitudes por que está passando e que impressiona a qualquer observador sensato e imparcial dos nossos instantes interesses nacionaes.

Todas as classes sociaes sofrem e clamam por medidas e providencias que as tirem do pelágo de ruínas em que se acham, devido aos erros e desregramentos desses desazados capadocicos que se inculcam de propugnadores do progresso do paiz,

o qual tornaram em campo de explorações sordidas e immoraes.

Todas ellas alinjeam sahir de uma vez do circulo de ferro que sopra e difficulta ainda, apesar dos esforços herculeos d'aquelles que se sacrificam pela sua regeneração, as nobres aspirações do povo brasileiro, ao qual a natureza dotou de todos os elementos conducentes á real prosperidade.

Nestas condições, entregue áquelle pernicioso impulso de especuladões, não podia elle deixar de levantar-se contra os abusos e desvarios a que se achava exposto, e, portanto, usando de um direito que incontestavelmente lhe pertence, qual o de recorrer a sua plena liberdade appropriada, como estava, sob todos os pontos de vista, assim como o de rehar a posição de uma nação civilisada e briosa, conforme fóra sempre, não podia, tambem, consentir na permanencia de uma situação aberrada e mesquinha que, aliás, se aprofundou sem remissão no desprezo publico pelos esforços de verdadeiros patriotas.

Esta é a verdade que, embora contestem os que malevolamente concorreram para ella, está na consciencia dos nossos concidadãos, que os observam e consideram com toda certeza como os factores responsaveis pelas desventuras e infelicitades, a que foram arrojados e cuja terminação actualmente se lhes antolha como o prenuncio de um porvir de venturas de que são merecedores, e para o qual rabalhamos como o mais sincero e extremo affino e dedicado.

Nem se diga que assim procedemos contra qualquer principio que nos iniba de proseguir em taes intuitos. Isso não passa de caviladões estultas e sem base; porque derribar uma dictadura rúc e violenta, cujo prolongamento tanto se enraizara nesta infeliz parte do solo brasileiro, a ponto de correatar-nos e impedir-nos de progredir e elevar-nos entre as demais que nos cercam e a que estamos unidos pelo laço do nosso patriotismo, é seguramente um acto meritorio, determinado pelos mais justos e inequivocos dictames da justiça e moralidade.

Embora os *atristados* desconchados do *Estado do Parahyba* o neguem, a verdade é esta que sustentamos, firmados em doutrinas e ensinamentos de auctoritades escriptores.

O povo, isto é, a agremiação e conjunto das classes sociaes ou scientificas ou artisticas, industriaes e laboriosas, está sem duvida alguma em seu pleno direito de oppor-se ao juço vil e ferrenho de mandões e satrapas, que, regorgitando de riquezas e repartindo-as com os seus saquizes, o depuaram aciniosamente e o violentam em seus direitos e liberdades.

E porque não ser assim? O espirito humano não se atropella nem aniquila; os principios da moral e direito não se exterminam: são sempre os mesmos, apesar do que pretendem caricatos propugnadores, de más doutrinas, felizmente repudadas pelos illustres mestres da sciencia moderna e sómente adoptadas por inconsciente metidos á sabichões.

O facto das deposições é justo e legal. As delegações a que se referem, não passam de farças ridiculas que nos envergonhão perante o mundo inteiro: as eleições, a que procederam os corypheus da situação decabada, foram o resultado da lei da gratia, conforme a appellidão esse povo a que foi applicada, e em virtude da qual foi escolhido o satrapa

immortal, que por chefe reconhecia.

Será mister que se renave nasas burgangas constitucionaes e judicarias, feitas adrede para perpetuar o seu dominio neste torráo, que nos é tão caro; que se notem esses innumeros mestres de escolas analphibetos, a que se entregou a educação de nossa mocidade; que se observem esses juizes sem aptidões e hombridade; que se contemple a misera condição da força politica morta a fone, e farrapada e inerte por falta de seus mesquinhos soldos; que se veja esse cfre publico assilado por agotas na occasião de haver algum diabo e satisfeitos em suas exigencias, ao passo que servidões honestos e pibres eram repellidos de receber seus parcos ordenaes; que, finalmente, se admire essa população exausta e oberada de impostos exorbitantes e estultos: será mister que se considere attentamente toda esse descalabro, para que se comprehenda a justeza de nossas considerações e do procedi-mento patriótico desse povo, que os coryphantes do *Estado do Parahyba* tanto a nesquinham e insultam em suas lucubraciones morphologicas?

Não, por certo, não é preciso. Tudo isto é publico e notorio. E atrevem-se a contestar o sagrado direito, que assistia ao povo brasileiro, guiado por seus elevados sentimentos de justiça e moralidade, de derrocar das posições officiaes com o maximo civismo essa turba de filhos escurios que infestam o solo da patria?

Entretanto, increpam á nova situação como illegal, e atrevem-se a alitar ao vulto ingente que está dirigindo os destinos da Republica e aquelles que o acompanham no lauvavel e moralizador proposito de regenerar este opulento e esperancoso paiz o estigma de acres censuras, incabidas a qualquer proposito, como se por tal estigmatismo de futeis escriptores, pudessem obscurecer os preclaros sentimentos dos mais recuam ante os mais es sacri-fícios, para cumprirem os seus deveres de cidadãos de uma nação livre e civilisada.

Chegam ao ponto de avançarem invectivas! E' assim que asseguram e sustentam que o celebre satrapa nunca adheriu (l) ao golpe de estado do 31 de novembro, o qual escancarou as portas inhaitas da mais horrivel dictadura de que seza a historia moderna, e só igual aos dois Syllas ou Tibesios, sem se lembrarem que os dois senadores predilectos e seus directores, que infelizmente representam este Estado, o general Birreto e o celebre dr. Firmino, foram os que se apresentaram, como mais aptos, para julguem *ex-informata consciencia* e trucidarem até os nossos mais distinctos e notaveis concidadãos, suspeitos e condemnados a seu bel-prazer, por serem infensos aos projectos e intenções ferozes do deposto dictador, que o nomeou em má hora para governar este mesmo Estado e sempre o sustentou, como a toda sua nefanda claque, até os ultimos momentos da situação providencialmente decabada.

Ora, quem a vista disso poderá negar a adhesão inteira, completa e incondicional d'aquelle satrapa a esse procedimto revolucionario, anti patriótico, impensado e perturbador de todas as garantias e liberdades de nossa patria?

A reprobação do *Terror* ameaçava-nos e estava declarada; e se não chegou até o esphacelamento completo do paiz, atirado cruamente a perseguições horribes, aos fuzilamentos e desgraças, em summa, as cruéis trope-lhas e calamidades inculcaveis de a n'guar a civil e fratricida, que se nos avolhava como certa e intallivel, foi sem duvida devido a dedicacão e acrisolado patriotismo daquelles que, como nós outros, pugnam pelo restabelecimento da legalidade, que somente é contestada pelos caricatos jacobinos do *Estado do Parahyba*.

Fiquem, portanto, certos taes jacobinos que a demagogia que os domina não poderá jamais implantar-se entre nós; visto que encontraram sempre para a repellir e debellar o acrisolado e vismo dos nossos concidadãos.

Congresso e Magistratura

III

Dissemos e n'osso segundo artigo que não podia ser mantido o poder judiciario por um governo de acclamação popular, e agora acrescentamos—por um governo que tomou sobrehombros a grandiosa tarefa de restabelecer a moralidade administrativa, reconstruindo a patria parahybana de accordo com os principios da verdadeira governação democratica, respoiteando a constituição federal, e sobretudo, tendo em consideração o estado de nossas finanças, deixadas em completo desbarato pelo nefando governo do cidadão Venancio, e bem assim adoptando toda a ordem do serviço publico á nossa possibilidade, sem entretanto desorganisação.

Quando a constituição federal recomendava a mais escriptulosa preferencia, para serem aproveitados os juizes excriptores, pudessem obscurecer os preclaros sentimentos dos mais recuam ante os mais es sacri-fícios, para cumprirem os seus deveres de cidadãos de uma nação livre e civilisada.

Quando a constituição federal recomendava a mais escriptulosa preferencia, para serem aproveitados os juizes excriptores, pudessem obscurecer os preclaros sentimentos dos mais recuam ante os mais es sacri-fícios, para cumprirem os seus deveres de cidadãos de uma nação livre e civilisada.

Quando a constituição federal recomendava a mais escriptulosa preferencia, para serem aproveitados os juizes excriptores, pudessem obscurecer os preclaros sentimentos dos mais recuam ante os mais es sacri-fícios, para cumprirem os seus deveres de cidadãos de uma nação livre e civilisada.

Quando a constituição federal recomendava a mais escriptulosa preferencia, para serem aproveitados os juizes excriptores, pudessem obscurecer os preclaros sentimentos dos mais recuam ante os mais es sacri-fícios, para cumprirem os seus deveres de cidadãos de uma nação livre e civilisada.

Quando a constituição federal recomendava a mais escriptulosa preferencia, para serem aproveitados os juizes excriptores, pudessem obscurecer os preclaros sentimentos dos mais recuam ante os mais es sacri-fícios, para cumprirem os seus deveres de cidadãos de uma nação livre e civilisada.

Quando a constituição federal recomendava a mais escriptulosa preferencia, para serem aproveitados os juizes excriptores, pudessem obscurecer os preclaros sentimentos dos mais recuam ante os mais es sacri-fícios, para cumprirem os seus deveres de cidadãos de uma nação livre e civilisada.

de quem se dizião representantes.

Por mais ominosos que tenham sido os tempos do regime decabado, ficam elles a perder de vista, ante o descalabro d'essa dominacão de mais de dois annos, em que pezo sobre os destinos deste Estado a clava destruidora e desmoralisadora do governo Venanciano.

Durante o decabado Imperio a extincto vicia da Parahyba era servida na judicatura por 21 comarcas, e a ninguém é desconhecido o embaraço com que chegou-se a essa divisaõ judicaria, pois o governo central não cessava de recomendar a maior parcimonia na creação de comarcas, que muitas vezes, creadas, ficaram por longo tempo sem promovimento.

Entretanto mal o ex-governador Venancio assumiu a governação do Estado tornou-se prodigo em creações de novas comarcas, sem que nada podesse justificar essas subdivisões judicarias, a não ser a necessidade de acondicionar os seus apañigados, com os quaes devia pôr em campo as politicas estreitas, que tanto o recomendou a opinião do Estado, aponto de ser enxiado da curul que elle dislustrava.

Nesse tempo cortava largo o ex-governador, porque preparava a montagem de sua politica olygarchica a custa do cofre federal.

Entretanto não retrocedeu mais tarde, apesar de ver que o thesouro do Estado não lhe offerecia meios de manter a magistratura tal como a organisou, sem diminuir uma só comarca, por mais desnecessaria que seja um grande numero d'ellas.

E, quando não fóra essa necessidade, bastava attender ao critico estado de nossas finanças, estado desolador, a que a reduziu o proprio ex-governador Venancio, para que elle recusasse de sua intençaõ, fazendo uma organisação que inspirasse confiança, e parecesse coisa seria: pois, segundo pensamos, e como a grande materia do estado da Parahyba, o governo, que já tem explorado todas as fontes de receita, que nada mais encontra para tributar, não cria uma despesa, que não está nas forças do cofre satisfazer.

O ex-governador Venancio não podia ter a pretensão de haver intuito de uma magistratura, que bem soubesse desempenhar o seu alto ministerio, depois reduzida a condição á que foi aduzido em geral o funcionalismo do Estado.

Sabemos honrar o caracter dos cidadãos investidos do poder judiciario, para não suppor, que elle, acossados pela falta de creito, pela fome, e impossibilidade de cobrir a nudez de suas familias, ante a não

recepção de seus vencimentos pousessem em almoeida a justiça.

Entretanto, se a sua integridade de animo não os arrastasse por essa via degradante, o que teria a succeder?

A distribuição da justiça seria entravada pela negligencia e pelo abandono, que os juizes cacererão procurar occupação, de onde lhe derivasse os meios de subsistencias.

Foi um acto da maior precipitação, praticado pelo ex-governador que mais uma vez nos quiz dar testemunho de sua incapacidade, ápar do sentimento de prodigalidade, sinão de alguma cousa mais....

Somma em cento e oitenta e seis contos e duzentos mil reis de despeza á ser satisfeita pelo thesouro do Estado com a sua magistratura, segundo a organisação judicaria existente.

Mas se o thesouro do Estado com o orçamento em vigor não tem possibilidade de pagar aos empregados, que então servião antes desta magistratura, de ante vae tirar o quantitativo preciso para pagar a essa nova instituição, cuja despeza até então corria pelo cofre federal?

Com que novas fontes contava o cidadão Venancio, quaes os seus calculos quando nem os seus lestavão ainda descriptminadas as rendas estaduais e municipaes, e nem se conhecia o producto da renda deixada pela federação a este Estado?

Estamos convencidos que em caso algum o estado da Parahyba podia comportar com a enorme despeza da magistratura, tal como a instituiu o ex-governador Venancio.

Ora a digna junta administrativa que tem a legitimidade de uma dictadura popular, e que encontrou o Estado em completo desorganisação, tanto que nos promette um congresso com poderes constituintes, não deve consentir que continue o onus de uma magistratura, cujo poder cahe de legitima organisação, para ser restringida as nossas possibilidades, sem prejuizo dos nossos concidadãos, como demonstraremos na prosecução do desenvolvimento da materia que prende a nossa attenção.

Magistratura

Consta que por estes dias se revogou o decreto do ex-governador, que organisou a magistratura do Estado, voltando para suas comarcas e termos os juizes de direito e municipaes que n'elle se achavam antes da promulgação do alludido decreto.

As despesas durante o exercicio corrente correrão por conta do ministerio da justiça, que para esse fim abrirá o necessario credito.

A herança do sr. Venancio

A eloquencia dos algarismos não exige mais de nossa parte do que a pôr á nu o estado do thesouro publico em 31 de dezembro de 1891.

Os compromissos d'aquella repartição até a citada data, e só no exercicio de 1891, era o seguinte:

Magistratura	21:8293660
Bibliotheca	21:368325
Presos e cadeas	2:938974
Empregos extinctos	1:755322
Força policial	12:5043815
Iluminação publica	1:0803166
Instrução publica	67:1360949
Pessoal inactivo	36:851826
Thesouro	12:7013120
Secretaria do governo	4:5168566
Eventuaes	3598512
Somma	164:1749053

Descreminando nesta somma o que constitue divida de empregados publicos (só no anno de 1891) e despesa de expediente de repartição e eventuaes, temos:

Divida de empregados publicos	160:6073732
Outras despesas	3:566831

E na mesma epocha existia em cofre 2:6558172!!!

E o Estado está exausto, sem recurso algum, e no proximo mez de fevereiro tem de remetter para o Banco do Brazil, em virtude do contracto de 1885, quarenta contos, que o sr. Venancio mandava proporlar já estava separado para satisfação d'aquelle compromisso!

Que bella mortalla para cobrir o cadaver politico do sr. Venancio Neiva, ex-Venancio Augusto de Magalhães Neiva!

Edificante?

«Quartel do corpo de policia» Parahyba do Norte, em 14 de Janeiro de 1892.—N. 25.—Ao exm. coronel Claudio do Amaral Savaget, dr. presidente da junta governativa.—Levo ao vosso conhecimento para os fins convenientes, que n'esta data fiz extrahir com baixa do serviço os individuos Balbino Beniamin de Andrade e Felipe Santiago de Galiza, os quaes são moradores em Campina Grande, e neste como são considerados sargentos graduados, e ali faziam parte de uma musicaparticular, sem que nunca tivessem prestado serviços na qualidade de praças do mesmo corpo, pelo qual eram indevidamente soccorridos de vencimentos, incluidos nos pretos enviados ao thesouro do Estado: o que tudo constitui um abuso, que convém extirpar, a bem da disciplina, moralidade e melhor applicação dos dinheiros publicos que convém zelar.—Saúde e fraternidade.—Mathias da Gama Cabral de Vasconcellos, major commandante».

Realmente o governo do sr. Venancio tendia a immortalisar-se, mas pelo escandalo, pelo patronato e pelo desbarato dos dinheiros publicos.

O publico, a Parahyba que vem a que gente estava esta pobre terra entregue e para que abysmo caminhavamos, se continuasse o immoral governo que o povo expulsou a 27 do dezembro.

Foi nomeado praticante do thesouro do estado o cidadão Antonio Alexandrino da Silva.

JURISPRUDENCIA

O NOVO CODIGO PENAL

INFANTICIDIO

(Continuação)

Não comprehendendo, porém, como o legislador brasileiro, não tendo aggravado, mas sim atenuado o infanticidio, ainda quando não commettido *honoris causa*, estabeleça como medida legal da minoração um termo ou um prazo que não corresponde nem accidentalmente á existencia de uma causa juridica, objectiva ou subjectiva, que legitime o favor legal. A materialidade, isto é, o prazo de 7 dias, não representa uma realidade, ainda que somente supposta constante na mente do legislador.

Quiz o auctor do novo codigo porventura attenuar a pena applicada aos immoladores de infantes, ainda que não regios ou reaes, pelo mesmo motivo que levou os legisladores de outros paizes a aggravar-a, isto é, por não estarem elles cercados das garantias communs?

Não é possivel. Talvez que a creança, antes de passada a crise, o mal de 7 dias, aos olhos investigadores e sabios do illustre auctor do codigo não termine as phases evolutivas, comegadas desde a fecundação do ovulo, e necessarias á sua classificação no genero —homem.

Cuido, porém, que foi uma mera inadvertencia: o legislador precipitado vio a indicação do prazo em outros codigos, e sem se aperceber que elles qualificavam o infanticidio, ou só o atenuavam *honoris causa*, transplante a disposição para o seu, que infelizmente é nosso, apesar d'elle, em vez de aggravar, attenua o infanticidio, ainda que não commettido por aquelle motivo. A causa da attenuação não pôde neste caso depender do mysterio, do segredo em que se presume estar ainda o nascimento da creança durante os seus primeiros dias de vida.

O antigo codigo prestava-se a uma interpretação deduzida, como vimos, da opinião de Bentham e da noção juridica do infanticidio, segundo o *usus loquendi* dos criminalistas, a qual limitava a sua comprehensão quanto ao sujeito activo do delicto e a sua pratica pela piedade natural dos pais aos filhos, bem como outra tambem restrictiva referente ao sujeito passivo pela indeterminação da palavra, *recomendado*. A disposição anomala do codigo teria assim o menor numero de applicações possiveis.

Agora não; a lei escusa ou attenua um homicidio atroz, praticado em uma creancinha incapaz, por fraqueza e innocencia, de provocar o delinquente e de defender-se, só por ter elle tido a cautela de informar-se da idade da victima!

E' uma legislação digna de Herodes; nem o baptismo notorio e publico poderá dar ao novo christão as garantias communs que cercam os demais membros da sociedade!

Quanto ao § unico do art. 298 que trata do infanticidio *honoris causa*, penso que devia favorecer, não só mães, como seu marido, os parentes mais proximos, senão tambem os estranhos, porque n'elles influido o motivo de honra em dadas circumstancias, fica igualmente minorada a quantidade politica do delicto.

(Continúa)

Mais uma mentira

Sob esta epigrapha lê-se no *Diário de Pernambuco* de 15 do corrente:

No «Estado do Parahyba» orgão dos despeitados do visinho Estado, lê-se a seguinte noticia: «Com destino ao 36.º batalhão de infantaria, estacionado nas inhospitas e longuissimas plagas do Amazonas, esteve de passagem entre nós o nosso distincto concidadano tenente Bellarmino Augusto de Athayde, victima da sanha da junta governativa do Recife, por ter cumprido o seu dever na lugubre noite, de triste recordação, de 18 de dezembro proximo passado.

«O tenente Athayde comandava o esquadrão de cavallaria da brigada policial e portou-se durante aquella cobarde scena de sangue com brio e denodo dignos de todo o louvor, batendo-se com um arto de louco contra forças dez vezes maiores.

«E' vencido. «Vix victis!» é o mote que hoje coláa ovante por sobre os escombros da federação?

«Damos um aperto de mão ao brioso cidadão que foi victima do cumprimento de seu dever e por isso mesmo ha de encontrar em sua consciencia o conforto para sempre praticar «infamias e trações» desta ordem».

E falso o que se lê nesse artigo e principalmente no periodo em que se attribue ao tenente Athayde uma parte nos acontecimentos do dia 18.

Esse official por occasião da luta, se achava de promptidão no quartel de seu batalhão (14.º de infantaria). Faltou, portanto, a verdade o sr. Athayde quando informou o «Estado do Parahyba» factos que não se realisaram. Em bem da verdade, e somente para que as gralhas não se apovonem fazemos essa rectificação.

Sahi hontem do Recife para este porto o vapor *Espirito Santo*.

SERVICO MILITAR

DIA 24

Ronda a guarnição do cidadão alferes Miguel Archanjo Baptista.

Estado maior o cidadão Augusto Alfredo de Lima Botelho.

DIA 25

Ronda a guarnição o cidadão alferes Manoel Quintino dos Santos.

Estado maior o cidadão alferes Getulio Simões dos Reis.

Bibliotheca Publica

Foi este estabelecimento frequentado ante-hontem por 14 pessoas e hontem por 20 ditas.

Recreio

A banda de musica do 27 batalhão de infantaria executará hoje no jardim publico as seguintes pecas:

- 1.ª Marcha «Continencia»
- 2.ª Walsa da opera Surcouff
- 3.ª Walsa «Ella»
- 4.ª Walsa «Alices»
- 5.ª Walsa «Geraldina»
- 6.ª Symfonia da opera «Il Guarany»
- 7.ª Walsa «Major Cordeiros»
- 8.ª Tango «Bodanas»
- 9.ª Walsa «Minha Rainha»
- 10.ª Dobrado «Moreira Cozart»

APEDIDOS

Ao publico

João Antonio Marques, professor jubilado, offerece-se para leccionar francez, mediante modico preço, podendo ser procurado em sua residencia no Tambiá.

Tesoura do Globo

Agostinho Cavalcante de Lacerda Lima, declara ao publico que, d'esta data em diante ficará a sua officina de barbeiro e cabeleireiro, com o titulo acima mencionado, á rua da Mizericordia casa n.º 3, pertencente ao cidadão João Cavalcante de Lacerda Lima por cessão que d'ella fez ao mesmo.

Parahyba 18 de Janeiro de 92.
Agostinho C. de Lacerda Lima.
(1)

Mofina

A tavelagem em scena!

Quando ha dias fizemos publicar um pequeno artigo sob a epigraphe de que hoje usamos, com relação ao *biogo* do Sr. Leoncio H. C. de Vasconcellos, vulgo Café Parahybano, outro fim não visámos a não ser o de prestar um importante serviço á causa da moralidade publica, insultada ali, muitas vezes, pelos constantes *oradores* que apparecem no referido *biogo*.

A *discurseira* que la se desenvolve é por demais indecorosa, é por demais immoral:—principia-se em politica e acaba-se por desacatar o recesso inviolavel da familia!

Pouco importa que o seu *habilitissimo director* venha cynicamente dizer em publico que já está aqui estabelecido ha um seculo e que o seu *café* é bem conhecido: o que é certo é que ali abertamente se estuda com *habilidade* no livro das 624 folhas e, quando os pobres alumnos têm a *infelicidade* de dar *trez erros*, elle se ergue repleto de vigoroso jubilo e brada:—*dez tostões pra cá*.

Deante do que acima fica exposto, se faz preciso que o illustre Dr. Chefe de Policia dê um passeio a *tavelagem* do heroe Cabral, pois de outra sorte continuarão as familias a serem victimas dos ataques brutos dos *instruidos discipulos* do referido Cabral que, á frente d'aquella *cumbuca*, affronta e corrompe diariamente a moralidade publica.

Basta por hoje.

O Sigano
(2)

Protesto

Sendo eu foreiro de terras do convento de S. Bento desta cidade, pelas quaes pago a quantia de..... \$0\$000 rs, segundo se vê da escriptura a que se ahe em meu poder, e vindo, na forma do contracto que tenho com dito convento, realizar o pagamento relativo ao anno proximo findo o sr. d. Abbade declarou-me só receber 100\$ e

como isto pode para o futuro prejudicar-me venho fazer o presente protesto para garantia de meus direitos.

Parahyba 23 de Janeiro de 1892.

Victorino do Rego Toscano de Brito

(3)

ANNUNCIOS

COLLEGIO S. LUIZ DE GONZAGA

Acha-se desde esta data aberto o estabelecimento, cujo nome encima este annuncio.

Elle apresenta as melhores garantias de economi, estada e aproveitamento aos alumnos.

O collegio S. Luiz de Gonzaga, relativamente ao plano de ser regulamento, achá-se em homogeneidade ao Collegio Diocesano, e portanto trata escrupulosamente e com e-mero da educação intellectual, moral, civil e religiosa, de que tanto precisa a sociedade.

Tendo em vista o mesmo Collegio preparar homens que possam condignamente seguir as diversas carreiras de nossa sociedade, não cogita de habilitar de modo algum alumnos a exames, somente com vistas de agradar aos pais ou representantes, apezar de deficiencia dos conhecimentos precisos.

Quanto ás condições de admissão dos alumnos ou

outras quaesquer instrucções, podem os interessados se entender com o Director ou substituto no mesmo estabelecimento, sito á rua Marechal Deodoro n.º 124, de quem poderão receber s informações desejadas.

Parahyba 15 de Janeiro de 1892.

O Director,

Padre João Francisco Fernandes.

(3)

ADVOCACIA

Diogo V. C. d'Albuquerque Sobrinho.
Escritorio á rua Visconde de Inhaúma n.º 4.

Escrivão de casamentos civis

Gabriel Fernandes de Carvalho Pinto tem escriptorio á rua Direita n.º 30.

(3)

Nesta typographia se dirá quem vende um dicionario de Aulet, em bom estado, por modico preço.

ADVOCADO

O bacharel Thomaz d'Aquino Mindello tem seu escriptorio á rua Visconde de Pelotas n.º 72.

COMMERCEIO

Alfandega

RENDA GERAL

De 1 a 23 26:581\$381
De hoje 64\$100

26:645\$481

RENDA DO ESTADO

De 1 a 23 3:866\$546
De hoje 303\$164

4:169\$710

PAUTA SEMANAL

De 25 a 30 de janeiro de 1892

Preços dos generos sujeitos a

direitos de exportação:

Aguardente de canna,

litro 200 reis

" " mel " 150 "

Algodão em rama kilo 600 "

Algodão em fio, kilo 650 "

Arroz em casca idem 060 "

" descascado idem 180 "

Assucar branco idem 300 "

" refinado branco 400 "

" mascavado id 240 "

" bruto idem 146 "

Borracha de mangabeira idem 1000 "

Café bom idem 900 "

" retalho idem 800 "

" torrado idem 1300 "

Cal idem 050 "

Carne de xarque id 400 "

Charutos bons, em caixa, cento 4800 "

" ordinarios	4800	"
Couros de boi	kilo 400	"
Ditos de bodes e outros	idem 1000	"
Cigarros	milheiro 7000	"
Doce de goiaba	kilo 800	"
Fumo bom em folha	kilo 900	"
" ordinario	id 700	"
" em rolo	id 900	"
" picado	id 1200	"
" desfiado	id 1500	"
Feijão, litro	100	"
Farinha de mandioca idem	050	"
Genebra idem	400	"
Milho idem	050	"
Ossos kilo	020	"
Pannos d'algodão id	800	"
Pontas de boi idem	100	"
Queijos qualquer qualidade idem	1000	"
Rapé idem	1000	"
Sabão idem	333	"
Sal litro	30	"
Sementes d'algodão kilo	010	"
Tartaruga idem	3000	"
Unhas de boi idem	100	"
Vellas stearinas kilo	1000	"
Vinagre tinto litro	200	"
" branco idem	400	"
Vinho branco idem	300	"
Vella de cera kilo	1600	"
Alcool litro	300	"
Graxa e sebo kilo	400	"

VAPORES ESPERADOS

"Espirito S." do sul hoje
"Pernambuco" do norte a 28

PHARMACIA CENTRAL

RUA MACIEL PINHEIRO N.º 43

E' uma realidade conhecida o effeito prompto dos *Especificos Homeopathicos* do Dr. Humphreys.

Alem do sortimento completo de especificos em carteiras e vidros soltos para o tratamento de todas as enfermidades a vinda as *Especialidades* para o tratamento da epilepsia molestias nervozas syphilis e hemorrhoidas.

As carteiras completas são acompanh das de um grande manual em rica encadernação. Vende-se separadamente tambem o mesmo livro, e dá-se gratuitamente pequenos manuaes que ensinam o tratamento das molestias com os especificos homeopathicos.

A maravilha Curativa e o Azeite Amamelles são do mesmo autor e applicão-se no tratamento do rheumatismo, feridas, golpes, nevralgias, inflamações e dor de dentes o primeiro, o segundo no curativo das fistulas, hemorrhoidas, queimaduras, contusões, golpes, rhumatismos, dartos, impingens, callos etc.

SUCESSO JA CONHECIDO

Vende-se na Pharmacia Central de José Francisco de Moura Rua, Maciel Pinheiro 45.

PARA SEZÕES

As verdadeiras pilulas do Pará e o Remedio contra sezões de Ayer vendem-se na Pharmacia Central de José Francisco de Moura. Agente unico n'este Estado.

Oleo de São Jacob

Este importantissimo remedio para rheumatismo, nervalgia toda a qualidade de dor vende-se na Pharmacia Central Jose Francisco de Moura.

—Unico Agente n'esta capital—

MORDEDURA DE COBRAS

E agente a Tintura de Perianthopodos Alves Câmara Pharmaceutico José Francisco de Moura e vende se na Pharmacia Central.

Agencia de todos os preparados do Pharmaceutico Alves Câmara de S. Paulo.

O VIGOR DO CABELLO DE AYER

Vende-se na Pharmacia Central.
Agencia de todos os preparados do Dr. Ayer.
Preços mais baratos que em outra parte.

ELIXIR DE CARNAUBA

Este importantissimo remedio cura de modo rapido maravilhoso o rheumatismo, as molestias syphiliticas escrophulosas das mulheres; é exclusivamente preparado na pharmacia Cental de José Francisco de Moura.

TINTAS PARA PINTURA

Vende-se por preços mais baratos que em outra, na Pharmacia Central.

HOMEOPATHIA

(Da grande casa especialista Catallan Frères, de Paris)
O Chocolate homeopathico, bem como grande sortimento de remedios homeopathicos em tinturas e globulos, — em vidros avulsos e em ricas carteiras ara o bolso, encontra-se na Pharmacia Central.

Typ. do Jornal da Parahyba, Rua Direita n.º 53